

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

PORTUGAL, A EUROPA E O IMPÉRIO: CONTORÇÕES IDENTITÁRIAS

Rita Ribeiro

Há três séculos, pelo menos, que estamos habituados a organizar o mundo em Estados-nação. O globo surge-nos, pois, recortado por linhas de fronteira que materializam “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991) que partilham cultura, língua, religião, experiência histórica. Ora, os mapas podem ser muito enganadores ao sugerirem pertenças, posições e afinidades. Se pensarmos no caso português, a arrumação geográfica diz tanto quanto encobre. Se lança o país directamente no mar abissal e anuncia as predisposições ultramarinas, também revela Portugal como apêndice da Europa e da Ibéria. Em que ponto se acha o equilíbrio no que à *morfologia* identitária portuguesa diz respeito? De que modo a história nacional, e em particular a da dispersão marítima, moldou o Portugal actual que, expulso do império, ancorou com ar cansado na Europa pós-1974?

Entre 1415 e 1975, Portugal deixou a Europa e manteve sucessivos impérios ultramarinos. Nesses quase seis séculos, explorou minimamente as ligações umbilicais à Europa e tocou – em maior ou menor grau, pela cultura, pelas trocas mercantis ou pela dominação política e militar – os cinco continentes e os oceanos conhecidos e a conhecer. O que resta dessa história, como se sedimentou o rasto imperial nos portugueses e, por seu lado, como estamos diante da Europa, regressados a ela por força da necessidade?

De um modo geral, pode dizer-se que o percurso histórico nacional dos últimos séculos balançou entre a vocação atlântica e a opção europeia, com significativa vantagem para a primeira. Quer isto dizer que, sem dimensão para jogar plenamente em dois tabuleiros, Portugal optou por uma estratégia defensiva no campo europeu e por uma outra de domínio na parte do mundo onde podia reclamar alguma superioridade. Compensou, assim, a sua marginalidade europeia com a “missão” de universalizar a

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

cultura europeia. Ou seja, se, por um lado, houve um exercício de suspensão da condição europeia, houve, por outro, uma grande *dedicação* em europeizar espaços não europeus. Por isso, e por estar na linha de fronteira, Portugal foi considerado por alguns "a mais europeia das nações", por ser aqui que a identidade europeia é mais "vivamente sentida" no confronto com culturas, povos e modos de vida alheios aos europeus (Pires, 1992: 139). São as representações deste *lugar contraditório* de Portugal que me interessa examinar, na tentativa de compreender a ambiguidade que permeia a relação do país tanto com o espaço cultural europeu, quanto com a *memória imperial*.

Portugal como país europeu é bem mais do que uma questão de mapas e geografias. Portugal tem uma matriz indubitavelmente europeia, desde a sua fundação no que à história e à cultura diz respeito. A religião cristã foi o elo primeiro de ligação e de onde emanou a legitimação da própria soberania – o território português foi posto avançado da cristandade na reconquista dos cruzados sobre o invasor islâmico. É europeia, também, a estrutura estatal e política, bem como a teia de alianças políticas e militares. Na literatura, nas artes, nas ideias, os movimentos portugueses mimetizam os movimentos europeus. Neste sentido, “a Europa fez Portugal” (Real, 1998: 76). No século XV, ao lançar-se em descoberta do mundo, Portugal abre portas à inquirição científica, põe em exercício o espírito humanista e racionalista, introduz a Europa na era da modernidade e do universalismo. Pode dizer-se que até ao século XVI Portugal é profunda e antecipadamente europeu, condição que vai ser abruptamente alterada nos quatrocentos anos seguintes, desde a união dinástica com Espanha até à adesão à Comunidade Europeia, na década de 80 do século XX. Esses séculos foram marcados pela opressão do pensamento livre, pelo obscurantismo e pela rejeição das novas ideias que a todos os títulos revolucionavam a Europa. Ficámos à margem da Reforma e das guerras religiosas e ficámos imensamente para trás na revolução científica, na industrialização, no capitalismo na ordem económica, na revolta contra o absolutismo e pelo Estado de direito burguês, na massificação do ensino. Em consequência, agudizou-se a percepção do país como decadente, atrasado e em desencontro com os padrões europeus.

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

O facto é que, durante cerca de quatrocentos anos, o país se definiu como europeu apenas por defeito e manteve-se fechado no círculo da metrópole e territórios ultramarinos. Isto equivale a dizer que na configuração identitária do país a Europa era um dado adquirido, mas não era prioritária, nem central. A Europa estava fora da nossa órbita, não apenas pelo lugar periférico que ocupávamos e pelo atraso de desenvolvimento que evidenciávamos, mas porque a nossa auto-definição identitária permaneceu auto-referencial, auto-centrada. Portugal permaneceu centrado e concentrado em si, na faixa de terra marginada pelo Atlântico. Em resumo, 400 anos de ensimesmamento nacional.

No século XIX, designadamente pela mão dos autores da Geração de 70, a Europa tornou-se um estímulo para a reflexividade nacional. Debatendo-se obsessivamente com o tema da decadência do país, vêem na Europa o modelo de desenvolvimento que arrancaria o país ao atraso secular. Apclam, por isso, incansavelmente à modernização e tomam o recentramento do país como um imperativo patriótico. Já o início do século XX viria a ser culturalmente dominado por propostas de matriz passadista. Esperando que o passado glorioso se reflectisse no futuro, surgem correntes como o saudosismo de Teixeira de Pascoaes (1988, 1991) e o providencialismo de Agostinho da Silva (1988, 1990) ou o movimento da Filosofia Portuguesa (Quadros, 1986, 1999; Gama, 2004) que enfatizaram o singularismo e excepcionalismo histórico e cultural de Portugal e a ideia de que temos como destino e vocação inalienáveis o império marítimo (espiritualizado), ignorando e desprezando o facto de sermos parte do continente europeu.

É nesta mesma linha ideológica que se apoia o Estado Novo. A estratégia salazarista passa toda pela auto-definição de Portugal como "nação extra-europeia" (*apud* Silva, 2000: 54-55). No cenário convulsivo dos anos de 1940 e 1950, quando a Europa e o mundo inventam novos formatos de cooperação política e económica, Salazar impõe uma linha programática para a política externa que é simultaneamente inflexível e ambivalente. Por um lado, ainda que mantendo uma posição cautelosa e um envolvimento descomprometido, aceita estar presente nas novas organizações internacionais de onde pudesse advir um benefício directo para o país, como a NATO, a

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

OECE (depois OCDE) e a EFTA. Mas sempre que tal cooperação ameaça atingir as margens da soberania nacional e, particularmente, no que diz respeito à política ultramarina e de alianças, o ditador português é irredutível e recusava terminantemente para Portugal os planos de unificação que avançam na Europa, que vê como má solução que levita em "magnas ilusões" (cf. Silva, 2000: 34-37). Argumenta, como o fizera já para sustentar a neutralidade do país durante a Segunda Guerra que, "a um canto da Europa, quase desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência (...) Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossego geral" (*apud* Silva, 2000: 18). Como disse Augusto Castro, numa conferência sobre *A crise internacional da Europa e a política externa portuguesa*, ocorrida em 1949, "a nossa projecção é atlântica e não europeia (...). A Europa para nós é mais paisagem do que vizinhança" (*apud* Silva, 2000: 42).

Nos anos seguintes, em que se assistiu à aceleração do processo de unificação europeia, Portugal permaneceu no limbo europeu. Arredado do Conselho da Europa e da Comunidade Económica Europeia, onde não havia lugar para uma ditadura colonialista, o país mantinha-se sob o espectro do projecto ideológico do seu ditador – um país absolutamente soberano, autárcico, fechado às perfídias da modernidade, como a democracia, a descolonização, a urbanização, a educação, etc. Externamente, Salazar seguiu uma política simbiótica e parasitária conseguindo que Portugal fosse observador e beneficiário das organizações internacionais surgidas, o que assegurou um lugar na cena mundial e a aceitação de um regime colonialista e ditatorial no contexto ocidental, que só viria a ser seriamente contestado nos anos 1960, e ainda assim de forma mitigada e permissiva.

Ao projecto de construção europeia, responde Oliveira Salazar que se baseia em princípios que repugnavam ao sentimento nacional do povo português, "muito apegado à sua independência" e à soberania que exercia sobre as suas províncias ultramarinas (Silva, 2000: 31). Sublinha, pois, o total desajuste entre o projecto europeu e o destino português, cujos interesses políticos, económicos e afectivos não estavam na Europa, mas nas colónias africanas e no Brasil, assim como entre os seus aliados históricos, Inglaterra e Espanha.

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

Portugal insistia em afirmar-se como país de vocação atlântica, voltado para o seu império colonial e afastado das questões centro-europeias, onde não era desejado mercê da sua condição periférica e do seu regime político. É neste contexto que são avançadas em Portugal propostas pouco mais que inconsequentes que pretendiam estreitar e otimizar a ligação entre Portugal, as colónias africanas e o Brasil, que poderia mesmo incluir a Espanha e a América Latina numa espécie de bloco ibero-americano de cooperação económica que se posicionasse junto do mercado comum europeu. Com mais modéstia, estabeleceu-se o Espaço Económico Português: reunia metrópole e colónias, era coerente com a matriz do salazarismo, mas constituía uma alternativa muito limitada face aos desenvolvimentos da cooperação económica na Europa e no mundo.

A realidade, porém, ultrapassava largamente os travões ideológicos que o regime lhe opunha. A economia portuguesa estava cada vez mais dinâmica, dependente e ligada ao espaço europeu. O nacionalismo imperial económico foi sendo corroído pela mudança da realidade nas relações económicas, cada vez mais centradas na Europa, em coincidência com o desvio da emigração portuguesa do continente americano para o europeu. Nos anos 1960, uma parte dos homens do regime estava bem ciente deste facto e apostou em contrariar as teses isolacionistas com que Oliveira Salazar moldara a política nacional. Iniciar-se-ia o debate ideológico, contido e condicionado, entre ultramarinistas e europeístas, os primeiros percebendo o risco que era para a política colonial a integração do país nas instituições europeias, os segundos procurando assegurar uma estratégia de desenvolvimento que privilegiava o espaço europeu em lugar da política africanista, que anteviam condenada.

A governação de Marcelo Caetano, apostado no lema da *continuidade e renovação* face ao seu predecessor, teria sido ainda mais hesitante e ambígua do que a de Oliveira Salazar não tivesse sido a força da realidade económica e social que a cada instante se punha fora do controlo governamental. Tal como Salazar, Caetano foi também empurrado para uma política de aproximação à Europa sem convicção, movido pela escassez de alternativas e pelo imperativo de liberalizar a economia nacional como condição do seu crescimento. Fiel à estratégia ultramarina, Marcelo Caetano teve de

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

enfrentar já uma oposição informada e bem menos contida, que exigia a abertura à Europa, mesmo se num estatuto complementar a África. A Ala Liberal eleita para a Assembleia Nacional, em 1968, refrescou o debate político, com os seus jovens deputados imbuídos da esperança de acelerar a desejada transição democrática do país e o seu desenvolvimento económico. Acabaram desiludidos e muitos abandonaram a Assembleia.

Com a Revolução de 1974 e a substituição de regime, viria também a rotação que recentraria o país, direccionando a estratégia política, económica e identitária para a Europa. A partir de 1976, no âmbito do programa que o Partido Socialista apresenta às eleições, a questão da adesão à CEE entra no debate político e público e colhe opiniões favoráveis nos partidos democráticos de direita, PPD e CDS. Os partidos da extrema-direita e da extrema-esquerda opõem-se: os primeiros, por verem na Revolução e na opção europeia uma traição à vocação imperialista do país; os segundos, por considerarem a aproximação à CEE uma deriva contra-revolucionária que deixaria o país às mãos do imperialismo capitalista.

A perspectiva da adesão à Comunidade Europeia foi invocada pela elite política como factor crucial de estabilização económica e política do país. A descolonização havia já sido efectuada e com ela o *regresso à Europa* tornou-se uma realidade irreversível. Forçado pela história, o país via-se acantonado no pedaço de continente que havia deixado cinco séculos antes. Em condições muito diversas das de 1957-58, as adesões das franjas da Europa do sul nos anos 80 ao projecto económico europeu tiveram igualmente um fim de natureza política a recobrir a abertura aduaneira e económica. Tal como acontecera já com a Grécia e viria repetir-se com a Espanha, a entrada para a CEE almejava enterrar definitivamente o regime ditatorial e sustentar a democracia frágil saída da revolução.

Se os Governos Provisórios revelaram tendência para privilegiar a relação com as ex-colónias no âmbito de uma política terceiro-mundista, com o I Governo Constitucional, formado em 1976, ficou claro que a prioridade da política externa portuguesa seria a Europa, o que não significava descurar o flanco atlântico, desde logo por via dos aliados norte-americanos e da NATO. Para lá da dimensão política da

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

opção europeia, esse era, igualmente, o caminho para travar a socialização da economia nacional efectuada em 1975 e a garantia de retomar a abertura económica. É unânime entre os especialistas que a adesão à CEE incluía um programa duplo de ajuda ao desenvolvimento económico e de salvaguarda firme da transição democrática. É, todavia, discutível se a democracia não conseguiria ter-se imposto em Portugal sem o escudo protector da Comunidade Europeia (cf. Pinto e Teixeira, 2005: 37). Sem dúvida, no mínimo, facilitou todo o processo por duas ordens de razões que se enfatizaram mutuamente: 1. a adesão à CEE envolvia exigências de ordem constitucional, de respeito pelos padrões democráticos e pelos direitos e liberdades fundamentais, de subordinação do poder militar ao político; 2. o afluxo de apoio financeiro ao país traduziu-se rapidamente na melhoria das condições de vida da população e consolidou a abertura económica que propiciou o considerável crescimento da economia nacional durante a primeira década de adesão. José Magone (1998: 135) defende que "a Comunidade Europeia e os países da Europa ocidental, e em particular as organizações socialistas e democratas-cristãs, foram cruciais no apoio que deram ao modelo de uma democracia liberal pluralista". Foi da Europa que veio o mais importante apadrinhamento, reforço e supervisão da consolidação democrática, ao delinear-se o novo sistema político português segundo o das democracias europeias. Portugal torna-se membro da Comunidade Económica Europeia em Janeiro de 1986. É a partir desta data que se torna irreversível a tríade democratização-europeização-modernização, cada um dos termos provocando os outros.

Com a descolonização e a adesão à Comunidade Europeia, opera-se em Portugal uma das mais radicais mudanças da sua história. Importa, pois, questionar acerca dos efeitos desse processo no modo como os portugueses se autodefinem e nas estratégias de aproximação/distanciamento produzidas. É neste sentido que me interessa perceber que afinidades electivas foram desencadeadas e como se posicionam simbolicamente os portugueses nos mundos onde têm interesses. Começo por assinalar que o apoio à integração europeia é francamente maioritário e é-o, a julgar pelos dados das sondagens de opinião do *Eurobarómetro*, em função dos benefícios percebidos. Ou seja, os portugueses – que conhecem pouco do processo de construção europeia e

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

permanecem alheios à dimensão ideal-política da unificação – consideram positiva a integração comunitária porque reconhecem as vantagens (de ordem económica, em particular) que daí advêm. O sentido primeiro da Europa parece ser, portanto, o económico.

Vinte anos depois da adesão, o país acelerou significativamente e tanto o crescimento económico como a estabilização política são inegavelmente imputáveis à participação na Comunidade Europeia. O fundamento da aprovação que os portugueses dão à integração europeia manifesta mais uma preocupação de índole patriótica do que uma ambição em participar no *projecto europeu* entendido como programa histórico, axiológico e cultural de unidade da Europa. Quero com isto dizer que o que parece mover os portugueses rumo à Europa é o facto de ela se ter tornado a via sem alternativa no momento em que o país clamava desesperadamente por estabilidade política e económica e que representa, desde aí, o trilho seguro para o desenvolvimento e a modernização, cansados que estavam da *fatalidade* do atraso nacional. A Europa surgia, assim, como veículo e instrumento de salvação nacional, como fornecedor de prosperidade, modernização e reconhecimento internacional. Daqui se conclui que a relação de Portugal com a Europa é marcada pela instrumentalidade e o sentido da identificação com a Europa é filtrado pelos interesses nacionais: a Europa é valorizada apenas na medida em que nos serve de amparo para a normalização e a afirmação de Portugal como país moderno. Ou seja, é detectável uma acentuada ambivalência na forma como os portugueses pensam a Europa: se, por um lado, é vista como instrumento de modernização e de prosperidade, por outro, é também tida como ameaça à identidade nacional e como espelho do nosso atraso.

O modo como os portugueses resolveram a secular bifurcação identitária que tanto os amarrava ao continente europeu como os lançava em missão marítima e imperial merece alguma reflexão. É um facto, como se referiu já, que Portugal não deixou de ser europeu por ter-se tornado império. Apenas se alheou das questões europeias quando nelas não se debatiam os interesses nacionais (cf. Borges de Macedo, 1988: 74). Pode dizer-se que, do ponto de vista das representações e das construções imagiológicas e simbólicas, a história do país se teceu no balanço entre um Portugal

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

Europeu e um Portugal imperial. Quando as independências pós-revolução das colónias africanas circunscrevem definitivamente o país aos seus contornos continentais o que resta é a “comunidade imaginada” de um país com os fragmentos de si que teria deixado pelo globo. Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, Gilberto Freyre falava em lusotropicalismo, que definia como o conjunto de sentimento e cultura que o português foi capaz de criar nos territórios e povos que colonizou, aí desenvolvendo novas sociedades que sintetizaram elementos da cultura portuguesa e das culturas autóctones. Pelas suas capacidades de miscigenação, mobilidade e aclimatabilidade, o português desenvolveu uma “amorosa identificação com o meio tropical” (Freyre, 1961: 34) que se traduziu em formas de hibridação únicas. Ora, toda a fantasia e mistificação transportadas pela ideia de lusotropicalismo foram repostas, mais tarde, no conceito sucedâneo de lusofonia, que retoma do passado colonial os laços eminentemente culturais, para reconfigurar as relações com esses territórios, agora numa versão radicada na ideia de uma “tessitura transnacional de lusotopia” (Pina-Cabral, 2002: 12). Uma *nova* auto-representação identitária está em consolidação, aquela que faz a síntese conciliadora entre a dimensão europeia e a dimensão do império *espiritual* disperso pelo mundo em fraternidades de língua, cultura, religião. Disso dá eloquente conta o caso de Timor. Em Setembro e Outubro de 1999, no seguimento do referendo sobre a independência de Timor-Leste e consequente repressão indonésia, Portugal sublevou-se em apoio à distante ex-colónia, num movimento uníssono que congregou as massas, o aparelho político e os meios de comunicação social. O que se reificava na *ideia* de Timor era a in-substância da *lusotopia*, a comunidade de povos que partilham o implícito de uma travessia histórica de vários séculos, que é a cultura, a religião e a língua, mas é mais do que isso. O que Timor nos trazia era o gosto de nos vermos amados por aqueles que havíamos colonizado e que veneram a bandeira portuguesa com o risco da própria vida. Timor presenteou-nos com a mais adequada equação simbólica: uma luta justa, ancorada nos valores que nos fazem modernos e europeus – direitos humanos e democracia – e que, ao mesmo tempo, consolida afectivamente o nosso lastro *atlântico*, aliviando a culpa colonial sem nos privar do Quinto Império. A reacção nacional aos acontecimentos em Timor resultou, sobretudo, num reequilíbrio identitário

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

que há muito perderamos, ao corrigir o enviesamento ideológico que nos desviara da Europa e nos fechara na vastidão de mares e terras que só *espiritualmente* nos pertenceram.

Em pesquisa recente (cf. Ribeiro, 2008) acerca das opções identitárias dos portugueses foi perguntado em vários grupos de discussão como se vê a possibilidade, meramente fictícia, de Portugal ter constituído com as suas antigas colónias uma "União Lusófona", em lugar de ter aderido à Comunidade Europeia. As reacções mais imediatas e mais frequentes são as que expõem a inviabilidade dessa hipótese, por manifesta falta de condições políticas e económicas à altura. O primeiro obstáculo apontado é o facto de a estocada final no império ter sido uma guerra colonial e um processo de descolonização controverso. É, igualmente, referida a imaturidade política e económica desses países, que exigiria que Portugal se assumisse como motor do desenvolvimento dessa "União", e o risco de que daí redundasse numa forma de neo-colonização. A própria colonização portuguesa – designadamente o facto de não sido promovido o desenvolvimento desses países – é também apontada como uma das razões porque uma União com as ex-colónias não poderia ser bem sucedida. Nas palavras de um dos entrevistados:

“Eu acho que essa comunidade de países... era muito difícil de a fazer por uma razão muito simples: nós colonizamos Angola, Moçambique e outras tantas terras por esse mundo de Cristo fora e nunca soubemos deixar-lhes o que tínhamos de bom. Fizemos uma colonização que, no meu entender, não foi uma colonização, foi uma exploração a favor de meia dúzia deles. Angola e Moçambique, que são países extremamente ricos, o que é que nós lá desenvolvemos? O que é que fizemos por aqueles países? A não ser uma ou outra cidade, de resto, são países que estão praticamente na mesma, culturalmente, economicamente, tudo isso. (...) Por conseguinte, nós não preparamos terreno para podermos com eles fazer uma comunidade económica, como é o caso da Europa" [Henrique, Grupo de discussão Porto].

Mas o reconhecimento dos obstáculos e desvantagens objectivos vai a par com o apelo emocional, "do coração", que uma putativa "União Lusófona" ecoa. Se, por um

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

lado, é mencionado o fracasso da colonização, por outro, recorda-se que Portugal mantém boas relações com os povos que colonizou, apesar de a ideia de haver por parte desses povos uma ligação especial a Portugal não ser consensual:

"Xavier – Mas foi humilhante para os outros povos também [

Carlos – Hum... Não há nenhum que tenha sido colonizado por nós que não goste de nós [

Alexandre – Sim, é verdade, nenhum.

Carlos – Mesmo aqueles em que estivemos envolvidos no passado em questões de escravatura, porque nós fomos senhores de escravos, não é, mas nem esses nos cospem na bandeira. Não estou a falar dos tempos da guerra colonial porque isso são questões... claro, ódios recalcados, muito mal geridos.

Alexandre – Vê-se que... Ainda esta semana o Canal 1 promoveu um programa, durante o dia todo, em Cabo Verde e nós, em Cabo Verde (...), somos muito bem vistos, e o que eles querem é... não querem lá os italianos, parece que estão lá a invadir aquilo com o turismo, eles queriam era lá os portugueses.

Xavier – Não sei se é. Neste momento, em Angola e em Moçambique, quem está lá não são os portugueses [

Alexandre – Os angolanos e os moçambicanos também vêm com bons olhos o investimento português e... eu perfilho esta ideia de que nós, para crescer, teremos que começar a deslocalizar para esses países. (...) Barreira da língua: zero. Somos considerados... somos bem-vindos, um país amigo.

Xavier – São bem-vindos todos. Todos são bem-vindos em Angola ou Moçambique. (...) Se não forem portugueses, são italianos, ingleses [

Alexandre – Mas é que nós temos uma vantagem competitiva relativamente a eles: é que nós não precisamos de aprender a língua" [Grupo de discussão Braga].

O que parece bem mais consensual é o facto de haver uma base de entendimento preciosa que é a partilha da língua e de como esse facto poderia ser potenciado por Portugal tanto a nível económico, como cultural e simbólico:

"Portugal não é suficientemente atractivo para isso [constituir uma *União Lusófona*]. (...) Mas (...) há um elo comum a essa imaginada comunidade de

Portugal e das suas ex-colónias que é a língua. Ora, a língua talvez seja o único elemento sobre o qual valha a pena ter alguma esperança, não como instrumento de colonização ou de domínio (...). Eu julgo que, se Portugal quiser defender ou ter alguma influência, por simbólica que seja, actualmente terá por passar, não por estratégias de tentar dominar geograficamente seja o que for, ou economicamente, mas sobretudo através de um instrumento que se utiliza todos os dias que é a língua" [Sérgio, Grupo de discussão Braga];

"Eu, culturalmente, achava muito mais rico [uma "União Lusófona, em lugar da integração na Comunidade Europeia]. Economicamente seria um grupo mais pobre, talvez por não estar tão organizado, mas culturalmente achava muito enriquecedor, tínhamos um elo muito forte, não importava a distância em quilómetros, mas tínhamos a língua que enriquecia a comunidade, tínhamos um diálogo mais aberto e mais compreensivo e acho que seria fantástico, do meu ponto de vista." [Mariana, Grupo Porto].

Não porque se prefira uma opção ou outra, mas porque se percebe o debate interno entre o que é o desejo e o que são os constrangimentos da realidade, a verdade é que a abordagem deste tema nos permite concluir que os portugueses vêem o passado colonial como um capítulo fechado da história do país, apesar de nele sentirem enraizado um certo sentido da identidade nacional, nomeadamente pelo lastro deixado pela "vocação atlântica" de quinhentos anos. Para a maioria dos entrevistados, o sentido pragmático sobrepõe-se à *afinidade electiva* que invocam a propósito da ligação de Portugal com a África de língua portuguesa, o Brasil e Timor. Mas, por reconhecerem quão volumosos seriam os obstáculos e desvantagens de uma união política e económica com esses países, aceitam tranquilamente que não há mais a esperar do chamamento ultramarino. Mas há mais a esperar da pátria. A este respeito, é eloquente a opinião abaixo:

"Não temos a mesma cultura, estamos em continentes diferentes e a cultura definitivamente não é a mesma. Poder-nos-ia acontecer duas coisas: nós, neste momento, fazemos parte dos países desenvolvidos, mas dentro desses somos o menor, quase. O que acontecia, se neste momento, formássemos essa comunidade? Tanto podíamos ajudar, com o que temos, os outros a erguerem-se e a tornarem-se países desenvolvidos, como podíamos não o fazer,

deixarmo-nos ir abaixo e ainda ficarmos pior. (...) É um projecto interessante, agora eu acho que nesta altura... se calhar identificava-nos melhor, pela língua, mas a cultura é diferente e tinha que se pesar muito bem se era para o nosso desenvolvimento ou se era para nos afundarmos. Estando na Europa, sempre temos oportunidades de subir e com o nosso esforço. (...) Agora no momento em que estamos, a União Europeia é o melhor, apesar de sermos os coitados" [Renata, Grupo Porto].

Ao ouvir os participantes nos grupos de discussão debater a possibilidade de se ter formado uma "União Lusófona", fica-se com a ideia de que, assim como parecem resolutos a fechar a porta ao passado colonial, também não perdem tempo a assinalar a direcção do futuro. Sistemáticamente, as opiniões dão conta do novo desafio que se põe ao país com a descolonização, a democratização e a integração europeia. Naturalmente, aquilo que hoje os portugueses opinam sobre a opção europeia (e, contiguamente, a opção atlântica) foi sujeito ao efeito de vinte anos de integração na Comunidade Europeia e do consenso produzido nacionalmente acerca da irreversibilidade desse processo. O que justifica essa escolha convicta é vislumbrar-se a Europa como porto seguro, o último encontrado nos oceanos desassossegados da nossa história. A Europa aparece nos discursos vazia de conteúdo: não há nenhum sentido especial da dimensão europeia da nossa história, não há convicção na Europa. Mas há a ideia de que a Europa comprou a hipoteca do nosso futuro e, com isso, mantém-se a esperança de que haja Portugal na Europa. Uma esperança crédula, mas sobretudo funcionalista e instrumental, como é dito com todas as letras no último excerto e no seguinte diálogo:

"Domingos – Já não vamos para a África.

Graça – Também acho que não.

Domingos – O futuro, agora, é a Europa, é a Europa.

Graça – É, é.

Domingos – Mal de nós se nos vamos dar mal com a Espanha ou com a França [

Graça – Pois, o problema é esse, temos de olhar pelo nosso bem.

Domingos – Se não estávamos com eles, que é feito de nós?! Nós temos de ser amigos [

Graça – De quem precisamos" [Grupo Chaves].

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

Parece, pois, que os portugueses respondem sem hesitações quando se trata de saber o que querem ser: querem ser europeus, mesmo se essa é uma pertença não assumida por inteiro e, sobretudo, marcada pela ambiguidade de ser sem nunca ser completamente. Eduardo Lourenço (1994a:149-150) é esclarecedor a este respeito: "A Europa como temática, como destino ou mesmo a própria construção empírica da Europa a que queremos aderir e cuja adesão nos interpela e responsabiliza *não ocupa no nosso imaginário um lugar de relevo*. Pragmáticos, aceitamos a Europa como uma fatalidade, não como uma opção que profundamente nos implique". Assim, é adequado dizer-se que os portugueses mantêm com a Europa uma relação pragmática, instrumental, utilitarista e superficial, de que resulta uma forma equivocada de identificação.

Já no que ao universo simbólico do império diz respeito, o vínculo é de ordem afectiva, espelhando a ligação histórica e suas declinações linguística e religiosa. Mas não deixa de ser uma identificação acessória, como prova a "insólita serenidade, quase pura indiferença" (Lourenço, 1994b: 14) com que se fez o luto do império português: "Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar *um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar" (Lourenço, 1988: 42). O autor questiona se se tratará de um caso de "inconsciência colectiva" ou de uma "sageza exemplar, de adaptação realista aos imperativos mais fundos da consciência e interesses nacionais" (Lourenço, 1988: 42-43). A ausência de drama na perda de um império de quinhentos anos que julgávamos incrustado e imanente à nossa imagem e definição como nação mantém-se como uma interrogação. É consensual que a perda do império significou o encerramento de um longo ciclo histórico e que, regressados à "pequena casa lusitana" (como disse Camões e Salazar desejaria ter dito), vivendo a última amputação colonial como um acto de festa e generosidade, os portugueses puderam sentir-se em renovação, como num pacificador e

Ribeiro, Rita (2009) "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias", *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

estranho segundo nascimento que os reconduzia ao útero protector. Ainda assim, manteve-se com um estatuto perene a imagem de um país que não tem fronteiras que o confinem porque a nação portuguesa está onde estiveram os portugueses, já que estar no mundo, no nosso imaginário, significou fecundá-lo com o material genético da nacionalidade: a língua, a religião, o "modo de ser"¹. Como *comunidade imaginária*, Portugal tem uma auto-percepção que supera o conteúdo político do conceito a favor do seu conteúdo histórico – a "dimensão imperial imaginária" (Lourenço, 1994b: 21).

O regresso à Europa, se foi uma inevitabilidade, foi também a oportunidade de o país se pacificar e reencontrar, podendo, sem custos, assumir, reivindicar mesmo, uma dupla identidade: a de país europeu – e, como tal, moderno e desenvolvido – e a de país com rasto cultural no mundo. Ora, este é, seguramente, o momento de afirmar uma duplicidade deste género: quando as pertenças singelas e unívocas são substituídas por formas plurais e cumulativas de identificação. Na modernidade tardia, a elasticidade e liquidez das formas identitárias operam como estratégia para lidar com um enquadramento inconsistente e em mutação – poder ser múltiplo tornou-se um recurso irrecusável.

A questão crucial é, aqui, a da astúcia com que é gerida a dimensão europeia e extra-europeia da auto-definição nacional. No campo sociológico da identidade, a astúcia qualifica a acção de transitar habilmente entre territórios previamente delimitados, evitando ter de estabelecer residência fixa em qualquer deles. Isto é, quando se instala a possibilidade das identidades abertas, plurais e optativas, torna-se uma questão de sobrevivência a habilidade para deslizar estrategicamente entre pertenças, derivar umas das outras e dissimular, se necessário, as que são contextualmente embaraçosas. É neste sentido que é possível dizer que, para os portugueses, estar na Europa não equivale a *ser* Europa, tanto por saberem que o país fica aquém do limiar de desenvolvimento que imaginamos ser o europeu, quanto por resistirem à possibilidade de a europeização desencadear uma des-portugalização, uma

¹ "Em Portugal (...) temos uma superidentidade porque há um imaginário fabuloso que corresponde a uma época em que Portugal tinha um papel planetário. Isso ficou na nossa memória. Nós não somos apenas os habitantes de um pequeno país com 88000 km² de superfície, mas também um país imaginário que existe de Macau à Amazónia" (Lourenço, 1994b: 197-198).

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

menorização do estatuto de soberania cultural da pátria e de subtracção das especificidades do *ser* português. Ora, nas representações nacionais do *ser* português, o imaginário ligado à vocação marítima e imperial é tenaz, pelo que a europeização do país exigiu a reconstrução dos sentidos com que se tece a interpretação do lugar de Portugal no mundo. O que ocorreu foi, pois, uma contorção identitária que, feita tanto de memória como de esquecimento, procura a conciliação de um país com o seu espaço de inserção política e económica, tanto quanto com o seu espaço de imersão histórica e afectiva. Isto não significa que todas as questões estejam resolvidas e que o país se sinta cómodo neste *lugar contraditório*. Permanecem o paternalismo e as visões benévolas acerca do império. Permanece, também, a ambivalência, por vezes estranheza, com que nos vemos na Europa. Mas significa que Portugal vê hoje com normalidade pertenças duais e se reconhece no equilíbrio de afinidades e identidades de onde recolhe vantagens irrecusáveis para a sua estratégia como nação.

Referências bibliográficas

- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Borges de Macedo, J. (1988). *Portugal-Europa: Para Além da Circunstância*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freyre, G. (1961). *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Gama, M. (2004). Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa *In* Acílio Estanqueira Rocha, *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: ILCH/CEH da Universidade do Minho.
- Lourenço, E. (1988). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo (1994a). *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa: Edições Visão.

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

Lourenço, E. (1994b). *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Magone, J. M. (1998). A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. *Penélope*, 18: 123-163.

Pires, F. L. (1992). *O Que é a Europa*. Lisboa: Difusão Cultural.

Real, M. (1998). *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.

Quadros, A. (1986). *Portugal. Razão e Mistério I*. Lisboa: Guimarães Editores.

Quadros, A. (1989). *A Ideia de Portugal nos Últimos Cem Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada.

Pina-Cabral, J. (2002). Agora tu podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia (Working Paper). www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/index.htm (consultado em Abril de 2006)

Pinto, A. C. & Teixeira, N. S. (2005). Portugal e a integração europeia, 1945-1986, *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ribeiro, R. (2008). *A Europa na Identidade Nacional*. Braga: Universidade do Minho.

Silva, A. (1988). *Um Fernando Pessoa*, Lisboa: Guimarães Editores.

Silva, A. (1990). *Educação de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro.

Silva, A. M. (2000). *Portugal entre a Europa e Além-mar*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Teixeira de Pascoaes (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Teixeira de Pascoaes (1991). *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.